



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS				
As 3 séries	Ano	\$40\$	Semestre	130\$
A 1.ª série	"	80\$	"	48\$
A 2.ª série	"	80\$	"	48\$
A 3.ª série	"	80\$	"	48\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte de correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de \$450 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10-112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministérios do Interior e da Economia:

Portaria n.º 10:608 — Manda incluir a Câmara Municipal de Setúbal na relação n.º 2 anexa à portaria n.º 9:708, autorizando-a a cobrar uma sobretaxa de 9 por cento para efeitos da amortização do empréstimo por ela contraído para a construção e apetrechamento de novo matadouro.

Ministério do Interior:

Nota dos duodécimos que competem aos governos civis para diversas despesas, depois de feito o rateio das verbas globais inscritas no orçamento.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 10:604 — Fixa em \$450 por dia o subsídio de alimentação, a dinheiro, do pessoal dos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, para vigorar durante o corrente ano.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 10:605 — Manda suspender na colónia de Macau, enquanto as circunstâncias o aconselharem, o imposto de defesa a que se refere a alínea a) do § 2.º do artigo 21.º do decreto n.º 30:117.

Portaria n.º 10:606 — Manda aplicar às colónias o decreto-lei n.º 33:493, que introduz alterações no Código de Justiça Militar, aprovado pelo decreto n.º 11:292.

Ministério da Economia:

Despacho — Fixa o preço de cada quilograma de peles de coelho ou de lebre, devidamente conservadas e preparadas, postas na Cortadoria Nacional do Pêlo, Limitada, em S. João da Madeira, e livres de quaisquer outros encargos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Nota dos duodécimos que, de harmonia com o despacho de S. Ex.ª o Ministro do Interior de 2 do corrente, competem aos serviços abaixo designados, depois de feito o rateio das verbas globais inscritas no capítulo 3.º, artigos 43.º e 44.º, do orçamento da despesa deste Ministério para o corrente ano económico:

Serviços	Capítulo 3.º		
	Artigo 43.º Despesas com o material Material de consumo corrente		Artigo 44.º Pagamento de serviços e diversos encargos
	1) Impressos	2) Artigos de expediente e diverso material não especificado (a)	Despesas de higiene, saúde e conforto 1) Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza
Governos Civis:			
Aveiro	135\$00	588\$00	152\$50
Beja	140\$00	439\$00	305\$00
Braga	140\$00	439\$00	305\$00
Bragança	140\$00	439\$00	305\$00
Castelo Branco	140\$00	439\$00	305\$00
Coimbra	120\$00	571\$00	468\$00
Évora	140\$00	439\$00	305\$00
Faro	140\$00	439\$00	305\$00
Guarda	140\$00	439\$00	305\$00
Leiria	140\$00	439\$00	305\$00
Lisboa	246\$66	1.123\$33	664\$50
Portalegre	140\$00	439\$00	305\$00
Pôrto	180\$00	767\$00	452\$50
Santarém	140\$00	439\$00	305\$00
Setúbal	140\$00	439\$00	305\$00
Viana do Castelo	135\$00	498\$00	247\$50
Vila Real	170\$00	495\$00	605\$00 (b)
Viseu	140\$00	462\$00	305\$00

(a) Estes duodécimos estão sujeitos ao desconto de 10 por cento, nos termos do artigo 8.º do decreto n.º 33:479, de 30 de Dezembro de 1943.

(b) Compreende o duodécimo da quantia de 3.600\$ para manutenção do sistema de aquecimento do edifício do Governo Civil de Vila Real.

Direcção Geral de Administração Política e Civil, 3 de Fevereiro de 1944. — O Adjunto do Director Geral, *Mário Matias*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Portaria n.º 10:604

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos da portaria n.º 7:757,

MINISTÉRIOS DO INTERIOR E DA ECONOMIA

Portaria n.º 10:603

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Interior e da Economia, que a Câmara Municipal de Setúbal seja incluída na relação n.º 2 anexa à portaria n.º 9:708, de 23 de Dezembro de 1940, autorizando-a a cobrar uma sobretaxa de 9 por cento, nos termos e para os efeitos mencionados na alínea b) do n.º 8.º da citada portaria.

Ministérios do Interior e da Economia, 18 de Fevereiro de 1944. — O Ministro do Interior, *Mário Pais de Sousa*. — O Ministro da Economia, *Rafael da Silva Neves Duque*.